



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Serra, 28 de maio de 2026.

De: Procuradoria
Para: Presidência

Referência:

Processo nº 3084/2026

Proposição: Projeto Indicativo nº 102/2026

Autoria: CABO RODRIGUES

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE IDENTIFICAÇÃO E SEGURANÇA URBANA, AUTORIZANDO A GUARDA CIVIL MUNICIPAL DA SERRA A CRIAR BANCO DE DADOS BIOMÉTRICO E FOTOGRÁFICO INTEGRADO AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAIS E FEDERAIS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Distribuir proposição ao Procurador para elaboração de parecer

Ação realizada: Parecer Emitido

Descrição:

Processo nº: 3084/2026

Projeto Indicativo nº: 102/2026

Requerente: Vereador Cabo Rodrigues

Assunto: Sugere Ao Poder Executivo Municipal A Instituição Do Programa Municipal De Identificação E Segurança Urbana (Programa "Pente Fino"), Autorizando A Guarda Civil Municipal Da Serra A Criar Banco De Dados Biométrico E Fotográfico Integrado Aos Órgãos De Segurança Pública Estaduais E Federais.

Parecer nº: 971/2026

PARECER PRÉVIO DA PROCURADORIA GERAL

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Projeto Indicativo de autoria do ilustre Vereador Cabo Rodrigues que Sugere Ao Poder Executivo Municipal A Instituição Do Programa Municipal De Identificação



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200370034003600360033003A005400, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

E Segurança Urbana (Programa "Pente Fino"), Autorizando A Guarda Civil Municipal Da Serra A Criar Banco De Dados Biométrico E Fotográfico Integrado Aos Órgãos De Segurança Pública Estaduais E Federais.

Diante disso, a Presidência desta Casa de Leis encaminhou-nos o processo para a necessária averiguação quantos aos aspectos legais e constitucionais para o início da sua tramitação, com conseqüente emissão de Parecer.

Compõem os autos até o momento a Minuta de Projeto Indicativo em estudo, a correspondente justificativa e os despachos de encaminhamento para elaboração de parecer jurídico prévio.

Nestes termos, relatado o feito na forma dos parágrafos anteriores, passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que a elevação de um Projeto Indicativo ao patamar de sugestão do Legislativo ao Executivo passa sempre pela comprovação dos requisitos constitucionais e legais para a sua regular tramitação.

Do ponto de vista material, e atentando para a regra constitucional que prescreve a competência legislativa local dos municípios, se percebe claramente que, não estando a matéria aqui tratada no rol daquelas de competência legislativa privativa da União ou dos Estados, não há óbice para que o assunto seja regulado por Lei Municipal.

Este entendimento decorre do art. 30, I e II, da Constituição Federal, do art. 28, I e II, da Constituição Estadual e do art. 30, I, II e XV, e 99, XIV, todos, da Lei Orgânica Municipal, todos dispositivos que asseguram a competência da Câmara Municipal para legislar acerca de assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual.

No caso específico, permanece o interesse do Município **em promover políticas públicas**





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

voltadas à segurança urbana, à identificação de pessoas e ao fortalecimento da atuação integrada dos órgãos de segurança pública, especialmente no âmbito do Município da Serra.

Desta maneira, quanto a este aspecto, não se vislumbra nenhum óbice à tramitação do projeto, uma vez que o projeto trata de assunto de interesse local, tratando-se de providência que, a princípio, compete ao Executivo, **sendo correto sob o ponto de vista da iniciativa parlamentar e motivando sua propositura sob a forma de projeto indicativo que, uma vez aprovado, é encaminhado ao Executivo para avaliação e eventual encaminhamento ao Legislativo sob a forma de projeto de lei.**

Todavia, existe óbice quanto ao instrumento utilizado para se obter a finalidade pretendida, haja vista que trata de uma Proposição que, ainda que não expressamente direcionado à Municipalidade, busca autorizar a Guarda Civil Municipal da Serra a instituir banco de dados biométrico e fotográfico integrado aos órgãos de segurança pública estaduais e federais, matéria relacionada à organização administrativa, atribuições de órgãos públicos, tratamento de dados pessoais e estrutura da administração pública municipal, cuja iniciativa legislativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, não se tratando, portanto, de hipótese adequada para veiculação por meio de lei de iniciativa parlamentar, mas sim de projeto indicativo.

Em outras palavras, a finalidade de uma lei é ser genérica e abstrata, determinando comandos normativos futuros aos seus destinatários, e nunca autorizar, de forma direta, a implementação de ações administrativas específicas, como a criação de banco de dados biométrico e fotográfico integrado aos órgãos de segurança pública, matéria que demanda análise técnica e conveniência administrativa pelo Poder Executivo, devendo eventual iniciativa ser obtida mediante Indicação direcionada à Municipalidade, na forma do artigo 129 do Regimento Interno:

Art. 129 – Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Por isso, com relação às questões de técnica legislativa, observo que o projeto indicativo não atendeu às principais diretrizes da Lei Complementar 95/98, devendo ser utilizado o expediente de Indicação ao Executivo para a obtenção das ações desejadas.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante disso, ainda que reconhecendo os elevados valores que imbuíram a proposição da norma, não há como endossar o Projeto de Lei em avaliação, tendo em vista a falha técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Posto isso, firmada em todas as razões e fundamentos já expostos, **opina esta Procuradoria pelo não prosseguimento do Projeto Indicativo nº 102/2026, haja vista que seu teor trata de típica “Indicação”, atividade concreta de realização pelo Executivo, e não de um mandamento genérico e abstrato de uma lei**, sem embargos de eventual análise jurídica sobre o mérito da presente matéria, em caso de solicitação pelas Comissões Competentes, Mesa Diretora e Presidência ou outras questões não abordadas neste parecer.

Ressaltamos que o presente Parecer é de natureza opinativa e não vinculatório específico para o presente processo, de modo que, todos aqueles participantes do processo, em especial o gestor público, dentro da margem de discricionariedade, juízo de valor e ação que lhes são conferidos, deverão diligenciar pela observância dos princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais no caso em destaque.

Destarte, ressaltamos que, incumbe a esta Procuradoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar nas razões e pertinência temática do projeto, motivo pelo qual o presente posicionamento não contém natureza vinculativa e sim opinativa, não vinculando o posicionamento desta Procuradoria para outras situações concretas, ainda que semelhantes ao presente projeto.

Esses são os esclarecimentos que formam nosso parecer, motivo pelo qual **ENCAMINHAMOS** os autos ao Procurador Geral.

Serra/ES, 28 de maio de 2026.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FERNANDO CARLOS DILEN DA SILVA

Procurador

Nº Funcional 4073096

Próxima Fase: Conhecer Parecer Jurídico Preliminar

Fernando Carlos Dilen da Silva
Procurador



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200370034003600360033003A005400, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

